

## **Círculo de Faro**

### **Projecto de Recomendação à Assembleia da República**

Os deputados do Círculo de Faro apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Criação de Equipas multidisciplinares compostas por técnicos de acção social, psicólogos, docentes, quer de ensino normal, quer de ensino especial, auxiliares e pessoal administrativo.

A esquipa escolar em causa deverá ser, por excelência, a acompanhante dos estudantes no domínio social, psicológico e no domínio das suas situações económico-financeiras.

Estas equipas teriam competência, para além desse acompanhamento, para agilizar uma relação cordial entre o estabelecimento de ensino e as entidades públicas e privadas de âmbito local e regional, no sentido de resolver questões problemáticas individuais dos alunos e respectivo agregado familiar, desde que estas impliquem directamente o aproveitamento escolar e todas as competências sociais do aluno.

2. A nível do ensino secundário os alunos autorizados pelos encarregados de educação à não assistência às aulas de substituição frequentariam uma sala de actividades (ateliês), assim como em caso de o professor substituto faltar. Caso o encarregado de educação não autorize, o aluno teria de frequentar a aula de substituição.

3. Educação Verde: Criar planos de sustentabilidade, de modo a inovar o ensino e ao mesmo tempo investir em medidas que visem a saúde do planeta, diminuindo a nossa pegada ecológica. Como? Através da medida “bolsas de empréstimo”. Se o ensino é um direito universal, mas também um dever obrigatório do estado para os cidadãos, então todos os recursos e

materiais essenciais a uma boa aprendizagem devem ser fornecidos gratuitamente, para que haja igualdade de oportunidades para todos os alunos. Os diferentes materiais deverão ser reutilizados de ano para ano para que o Estado não tenha uma despesa cada vez mais significativa. Ao mesmo tempo, reutilizando, as crianças e os jovens aprenderão, desde cedo, o valor da propriedade comum, do bem que é de todos.

4. A falta de competitividade da nossa força de trabalho, exige que se mude a cultura de exigência do nosso sistema de ensino. Para tanto e porque há que aproximar cada vez mais, a escola do mercado de trabalho, propõe-se a criação de especializações profissionais e académicas em áreas de interesse público ou profissional e só nessas, a realizar por quem é detentor de melhores conhecimentos/competências, bem assim como aproximar a oferta formativa das escolas/universidades/institutos politécnicos, das verdadeiras necessidades do mercado de trabalho.
5. Manter a disciplina de Área de Projecto mais direccionada para o desenvolvimento de projectos no âmbito da cidadania e da participação política. Poderia haver também a criação de uma disciplina de cidadania e cultura portuguesa de cujos conteúdos fizesse parte a organização política e administrativa do país.

*Aprovado na Sessão Distrital realizada em Faro a 1 de Março de 2011*